

Investimentos em infraestrutura, condições de trabalho e em pessoal dão suporte às ações da área tributária

Com um modelo de gestão integrado, a Secretaria da Fazenda vem implementando uma política tributária de sucesso. Os bons números comprovam, assim como o empenho e dedicação dos fazendários para alcançar, e superar, os resultados propostos. Para isso, é necessário também suporte físico e tecnológico, que englobam investimentos em infraestrutura, melhorias das condições de trabalho e modernização do parque tecnológico, com aquisição de novos equipamentos de informática e aperfeiçoamento dos sistemas. Tais condições foram viabilizadas através da Secretaria Executiva de Coordenação Institucional (SCI).

“Para atingir os resultados, é necessário ter uma estrutura e, para isso, a SCI trabalha alinhada à área tributária, o que garante também, uma maior celeridade aos processos”, ressalta o secretário Executivo de Coordenação Institucional, José Francisco Cavalcanti Neto. Compõem a secretaria executiva a Superintendência de Gestão de Pessoas (SGP), a Superintendência de Planejamento Estratégico (SPE), a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) e a Superintendência Administrativo-Financeira (SAFI).

O valor dos investimentos em melhoria das condições de trabalho e em infraestrutura já realizados, em andamento ou previstos para este ano, com recursos próprios, fica em mais de R\$ 10 milhões. Este orçamento engloba, por exemplo, todos os custos para as novas instalações da DFM e a reforma do edifício San Rafael, incluindo o mobiliário necessário, como também os da Esafaz, DIF e Deccot. Os recursos do Profisco, que totalizam mais de R\$ 11 milhões, já contemplaram algumas ações como a reforma da Central de Cargas, a iluminação do Posto Fiscal de Barreiros, aquisição de balanças e do mobiliário de Caruaru, Araripina e Serra Talhada. A SCI firmou, ainda, um convênio com a Secretaria de Defesa Social (SDS), no sentido de garantir a presença da Polícia Militar, tanto nos postos fiscais quanto nas ações de fiscalização, prezando pela segurança dos fazendários, suprimindo, novamente, uma grande necessidade.

As demandas por novos computadores e notebooks eram um pleito antigo da área tributária e, a partir desta integração com a SCI, foram atendidas com a aquisição de cerca de 700 equipamentos, melhorando as condições de trabalho, e de 232 licenças de softwares Office e 40 impressoras portáteis, todos com verbas do Pro-

fisco. Além da atualização do parque de equipamentos e do Data Center da Sefaz, a área de TI também desenvolve os projetos demandados pelas áreas fins, dando suporte às inovações e evoluções dos processos tributários. Outro destaque é o aperfeiçoamento da base de dados (Data Marts) que permite cruzamento de informações, como a ampliação do projeto Malha Fina, viabilizando a identificação de indícios de infração à legislação tributária estadual, visando à melhoria dos controles de monitoramento dos contribuintes.

Um ponto fundamental é a capacitação de pessoas e, como consequência, a melhoria dos serviços oferecidos ao público. Para isso, a SGP, através da Esafaz, oferece cursos para aperfeiçoamento e reciclagem, atendendo ainda solicitações da área tributária, motivando e atualizando o servidor.

Outro importante avanço e que, certamente, impacta a área tributária e auxilia na realização e acompanhamento dos trabalhos, é o Painel de Controle. “A nova ferramenta está em implantação e será utilizada para monitorar o Planejamento Estratégico, alinhando a Sefaz ao modelo de gestão adotado pelo governador Eduardo Campos. É mais um importante passo no sentido de buscar transparência e avaliar eventuais ajustes no desenvolvimento das ações planejadas, facilitando o atingimento das metas e objetivos da organização”, finalizou José Francisco Neto.



CPCAF Informa de cara nova

O nosso jornal chega a sua terceira edição estreando uma nova diagramação, que trouxe mais leveza, dinamismo e beleza ao informativo. Além do formato maior, que permitiu aprofundar os textos, crescer a fonte e utilizar mais fotos, o novo layout ainda agregou mais cor e novos recursos, resultando em um jornal ainda melhor.



No conteúdo, primamos por destacar o trabalho realizado pelas diretorias e suas equipes, sendo esta uma forma de reconhecer a dedicação e o empenho dos que fazem a Secretaria da Fazenda de Pernambuco. Com isso, destacamos as boas ações, os projetos relevantes e os bons resultados alcançados, a fim de trocar experiências e inspirar novas conquistas.

Desejamos uma boa leitura a todos!

Gralênia Menezes
Coordenadora do CPCAF

CPCAF discute, com ampla participação das áreas, alternativas para incrementar arrecadação

A definição de estratégias, tendo em vista as dificuldades enfrentadas com o cenário econômico atual, é fundamental para alcançar as metas traçadas para 2012. Diante disso, de acordo com a coordenadora do CPCAF, Gralênia Menezes, surgiu após reunião da área tributária, a necessidade de debater processos, com temas pré-definidos, e elaborar propostas para aperfeiçoar o planejamento e as ações fiscais. As discussões, realizadas entre os dias 06 e 07 deste mês, no CPCAF Extraordinário, contaram com a participação da DPC, Regional Norte, Regional Sul, Regional Petrolina, Regional Caruaru, DFM, DTO, COTEPE, DBM, DIF, SJF, além dos gerentes de planejamento e execução. Ainda apoiou a realização do encontro, a SPE e Esafaz.

A partir da troca de ideias foi elaborado um documento, onde são apontadas melhorias para os procedimentos fiscais, de forma a estreitar a evasão de receita e nortear os trabalhos do CPCAF no planejamento das ações para o próximo semestre. "Temos, este ano, um desafio grande para superar, diante deste processo de desaceleração da economia, com queda na produção das indústrias e estagnação do consumo. Mas este trabalho mostra o comprometimento de todos para superar as dificuldades. Vamos, então, colocar em prática o que foi produzido, gerando ações que possam ajudar a alavancar a arrecadação", ressalta o secretário da Fazenda, Paulo Câmara.

Os temas abordaram Recuperação de Débitos Fiscais (Devedores Contumazes - Rotina de Descrédenciamento; Débitos de Fronteiras - Rotinas de Tratamento e Rotinas Administrativas; Pagamentos de Grandes Processos Fiscais), Fiscalização das Grandes Empresas, Fiscalização de Médias e Pequenas Empresas (Simples Nacional, Contribuintes obrigados ao uso do ECF), Controles Fiscais e Matriz de Risco (Acompanhamento Virtual do Contribuinte e Monitoramento Permanente e Políticas Tributárias (Prodepe - Medidas de Controle e Sanções Específicas e Antecipação e Substituição Tributária).

O secretário Executivo da Receita Estadual, Oscar Víctor, destacou o empenho e comprometimento dos auditores no processo e classificou o trabalho como enriquecedor. "Estamos combatendo as lacunas da arrecadação. Essas discussões nos fornecem informações mais consistentes para elaborar um planejamento mais estruturado e, conseqüentemente, traçar ações mais contundentes", reforçou.



Combate a evasão fiscal impulsiona arrecadação do ICMS Frete

Uma operação fiscal, que desarticulou um grande esquema de sonegação no Polo Gesseiro do Estado, motivou uma significativa mudança na sistemática de cobrança do ICMS Frete, proporcionando um incremento histórico na arrecadação deste imposto e diminuindo a evasão fiscal do setor. Este impacto positivo foi registrado pela Diretoria Geral da Receita - Regional Petrolina que apresentou um crescimento de 194,90%, sendo recolhidos aos cofres públicos, de janeiro a maio, o montante de R\$ 13,2 milhões, contra R\$ 4,4 milhões no mesmo período em 2011.

Com a alteração, em vigor desde 1º de janeiro deste ano, o ICMS Frete passou a ser cobrado por substituição tributária. A medida foi colocada em prática após análise que comprovou a viabilidade da proposta, elaborada pelo gerente de Programação da Regional Petrolina, Rogério Salviano, e sendo transformada em texto legal pela Diretoria de Tributação e Orientação (DTO).

A mudança atingiu o transporte do gesso, gipsita e seus derivados, na circulação interestadual da mercadoria, realizada por transportadoras descredenciadas. A arrecadação anual do segmento está estimada em cerca de R\$ 30 milhões. A Agência Estadual da Receita (ARE) de Araripina, que concentra quase a totalidade da movimentação do setor, teve o ICMS Frete como um dos maiores responsáveis pelo aumento da arrecadação, saindo de R\$ 11,1 milhões em 2011, para R\$ 19,3 milhões este ano, uma variação de mais de 74%.

Para o diretor Willams Rocha, a alteração da legislação foi muito importante para o setor, trazendo um novo cenário para o segmento. "Os números nos permitem concluir que não houve uma simples mudança no código de receita do recolhimento, houve sim a arrecadação de uma receita que estava sendo sonegada. Salientamos, também, que o trabalho de combate a sonegação fiscal na região do Araripe deve-se ainda a dedicação dos postos fiscais, sem os quais o êxito não seria em tamanhas proporções", destaca.

O Decreto nº 37.671, de 23 de dezembro de 2011, diz que o ICMS deve ser retido e recolhido pelo contribuinte-substituto, antes de iniciado o trânsito da mercadoria. O DAE relativo ao serviço, devidamente quitado, deve acompanhar a respectiva mercadorias, in-



formando no campo "Observação", o número das notas fiscais correspondentes. Caso a regra seja descumprida, haverá aplicação de multa regulamentar, de acordo com o art.10, inciso XVI, da Lei nº 11.514/97, no seu grau máximo. Além de combater a evasão fiscal, a mudança diminuiu o acúmulo de trabalho nos postos fiscais e aumentou a segurança nesses locais.

AÇÃO FISCAL

A Operação Gipsita nasceu a partir de demanda da III Região Fiscal que constatou indícios de fraude envolvendo o polo gesseiro do Araripe. Com este indicativo de sonegação, a Diretoria de Inteligência Fiscal (DIF)

realizou uma análise comprovando a existência das práticas ilícitas, mapeamento os principais alvos da fiscalização.

O esquema fraudulento consistia na criação de empresas que, de posse de certificados digitais exigidos para a emissão da NF-e, vendiam as notas para terceiros, junto com o DANFE. Como os estabelecimentos eram fictícios ou constituídos em nome de laranjas, os tributos não eram recolhidos. A comercialização de NF-e era feita para todo o País. A ação foi considerada a maior do segmento no últimos tempos, cumprindo 34 mandados de busca e apreensão e 11 mandados de prisão.

A Sefaz, representada pela DFM e III Região Fiscal, executou a ação em parceria com a Secretaria de Defesa Social (SDS), contando com a participação de 80 auditores fiscais, 120 policiais civis e 50 policiais militares, nas cidades de Araripina, Trindade, Ouricuri, Ipubi e Bodocó.



ACUMULADO JANEIRO A MAIO			
Cód. Receita	2011	2012	Variação
061-2	R\$ 301.073,91	R\$ 983.697,12	226,73%
071-0	R\$ 3.719.793,76	R\$ 4.165.534,80	11,98%
107-3	R\$ 452.568,60	R\$ 8.043.128,62	1677,22%
Total Arrecadado ICMS Frete	R\$ 4.473.436,27	R\$ 13.192.360,54	194,90%



Operação Dia da Mães disciplina o mercado e causa efeito indutor no segmento Varejista

O trabalho em equipe entre a Diretoria Geral de Planejamento da Ação Fiscal (DPC) e Diretoria Geral de Fiscalização Especial e Controle de Mercadorias (DFM) pode ser apontado como um dos motivos para o grande sucesso da Operação Dias das Mães, realizada no mês de maio, e que teve como foco o comércio varejista. Foram mais de 400 estabelecimentos diligenciados no Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes. A ação ampliou, de imediato, a arrecadação média dos contribuintes fiscalizados em cerca de 30% no mês de maio, comparada com o mês anterior, alcançando um desempenho ainda melhor em junho. A parceria entre as diretorias segue o modelo proposto pela gestão e aplicado pelo Conselho de Planejamento e Controle da Ação Fiscal (CPCAF).

Dos estabelecimentos fiscalizados, 205 foram autuados, resultando num crédito tributário de mais de R\$ 1 milhão. Além disso, foi gerada uma confissão de débito de quase R\$ 1 milhão e, com a presença do fisco, houve a recuperação da inadimplência, no mês de maio, de mais R\$ 1,1 milhão.

Outro aspecto que reforça o impacto da ação no segmento pode ser avaliado com o cumprimento de obrigação acessória pendente, ou seja, a apresentação do Sistema de Escrituração Fiscal (SEF). Na ocasião da fiscalização, o total de SEF's omissos apresentados e substituídos chegou a 760. Houve também a substituição de PG-DAS de 2011, com entrega de receita declarada. Ainda merece destaque o processo de depuração cadastral: de 400 contribuintes alvos da ação, 79 foram desenquadrados do Simples Nacional por ultrapassarem a faixa de recolhimento do regime e 35 sofreram modificação da situação cadastral.

A operação foi proposta pelo gerente do Segmento de Varejo da DPC, Edson Lustosa, a partir do monitoramento dos contribuintes que constatou divergências entre a receita declarada pelas empresas e as informações

obtidas pelo Fisco através das administradoras de cartões de crédito. O gerente de Ações Fiscais Especiais da DFM, Fernando Castilhos, coordenou as equipes de execução, com a participação de 64 auditores.

Para o diretor da DFM, Anderson Alencar, a Operação Dia das Mães, no escopo adotado em 2012, ratifica a importância da integração entre planejamento e execução, no modelo exitoso coordenado pelo CCPCAF. "Extraímos a essência do trabalho realizado pelos auditores de Operações Fiscais Especiais ao, numa única ação, conseguir atingir, coibir e corrigir um pool de irregularidades que minavam diretamente a arrecadação do segmento Varejista", ressaltou.



ANÁLISE

Diante dos resultados positivos alcançados com a Operação Dia das Mães, o gerente de Planejamento da DPC, Flávio Mota, analisou o efeito da ação sobre os estabelecimentos "vizinhos" daqueles que foram alvo da diligência, e o reflexo na arrecadação do ICMS. Com uma metodologia inédita de avaliação, foi considerado o comportamento dos contribuintes ativos, com ramo de atividade semelhante ao do visitado, domiciliados na mesma via pública, considerando um raio de 100 metros de distância. Os dados, assim como o balanço efetivo da operação, se mostram surpreendentes.

De acordo com o levantamento, o quantitativo de contribuintes influenciados, fora dos grandes centros comerciais, soma 3.062 ativos regulares. A arrecadação deste grupo, nos meses de maio e junho, sofreu incremento de 16% e 22%, saindo de R\$ 17,1 milhões para R\$ 19,9 milhões; e de R\$ 16,6 milhões para R\$ 20,2 milhões, respectivamente, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

Já com relação aos "vizinhos" dos 87 estabelecimentos domiciliados nos principais centros comerciais, a presença do fisco atingiu indiretamente 662 empresas. Neste caso, o recolhimento de ICMS registrou, em maio e em junho, uma variação positiva de 4% e 17%, também com relação a 2011, crescendo de R\$ 10,1 milhões para R\$ 10,5 milhões; e de R\$ 9,3 milhões para 10,9 milhões, respectivamente.

"Para ambas as amostras de contribuintes indiscutivelmente próximos aos diligenciados, de atividade afim, provavelmente impactados de forma indireta pela ação, percebemos uma nítida variação de arrecadação, bem acima da média do segmento. Se não prova de forma cabal a assertiva do chamado efeito indutivo, reforça bastante a tese original", concluiu Flávio Mota.





Gerenciamento participativo, g no servidor fazem a dife

Três pilares norteiam o trabalho realizado na I Região Fiscal Norte com o propósito de combater a sonegação fiscal e incrementar a arrecadação: gestão de pessoas, gerenciamento das rotinas de trabalho e pesquisa e desenvolvimento. A diretoria segue o modelo institucional do PDCA, adotando um plano gestor direcionado para atingimento dos objetivos e metas pretendidas. Isto envolve um gerenciamento participativo, onde as decisões são tomadas por um colegiado, ou seja, diretoria e gerentes relacionados com os respectivos processos. A metodologia resulta no bom desempenho da diretoria, que cresceu no semestre 8,03%, de uma meta anual esperada de 8,34% em relação à 2011, além de manter uma participação média de 43% na arrecadação global do Estado.

Apesar da desaceleração da economia, principalmente nos segmentos que mais afetam a diretoria, como o Varejo, está sendo possível manter o ritmo da arrecadação. "Atingiremos as metas, tendo em vista o perfil do comportamento arrecadatário, já que no próximo semestre teremos grandes datas de aquecimento do comércio varejista, assim como a reposição dos estoques", explica a diretora Fátima Ledo. Além disso, a Norte foi responsável por 60% da recuperação de débitos no primeiro semestre, aumentando também o número de atuações de sucesso, ou seja, que resultaram no recolhimento do imposto devido.

O trabalho desenvolvido pela Regional Norte abrange 45% dos contribuintes de Pernambuco, distribuídos em 35 municípios da Região Metropolitana do Recife e Mata Norte, mais Fernando de Noronha, áreas que concentram 40% da população do Estado. São 384 auditores fiscais, sendo 89 nas equipes de estabelecimentos e

os demais distribuídos em nove Agências da Receita Estadual, quatro postos fiscais e nas unidades administrativas.

GESTÃO DE PESSOAS

Entre as três linhas de atuação contempladas pelo plano gestor executado na IRF, o foco no servidor é considerado o principal. "Para uma gestão ter sustentabilidade, precisamos entender como as pessoas operam, como funcionam. Não dá para separar o servidor do ser humano", ressalta Fátima Ledo.

No dia a dia de trabalho são adotados princípios que promovam a auto-organização do processo produtivo em contrapartida as ideias mecanicistas de controle, objetivando a coparticipação e corresponsabilidade dos agentes envolvidos, respeitando as necessidades humanas, como, por exemplo, a de reconhecimento. "Prezamos pela promoção do autoconhecimento e da evolução pessoal", destaca.

Com base nestas diretrizes, ocorre a valorização do servidor, tornando as pessoas mais adaptáveis à mudança e mais criativas, fator necessário para o crescimento da Instituição. Assim, o controle e produtividade são trabalhados a partir do estímulo de desenvolvimento da autoconsciência. "Passamos a crescer de maneira sólida quando as pessoas absorvem que seu esforço individual interfere e se soma ao esforço coletivo na busca do objetivo que é comum a todos. As pessoas são os nossos mais ricos e preciosos recursos. Prova disto é que tivemos avanços de resultados proporcionalmente superiores aos avanços nas condições materiais de trabalho", concluiu.

A diretoria segue o modelo institucional do PDCA, adotando um plano gestor direcionado para atingimento dos objetivos e metas pretendidas.

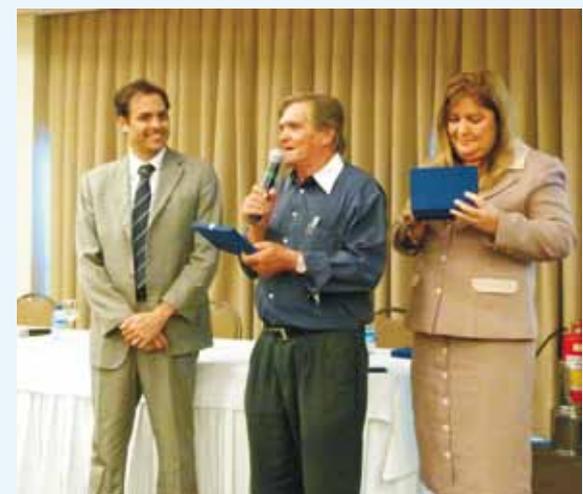
GERENCIAMENTO DAS ROTINAS DE TRABALHO

Neste aspecto, foi realizado um estudo com o propósito de tornar o trabalho mais eficaz, fazendo as alterações necessárias, eliminando, mantendo e melhorando os procedimentos. "Racionalizamos as rotinas, com a redução da burocracia, eliminação dos trabalhos redundantes e melhorando as deficiências. Trouxemos objetividade, utilizando os recursos com mais eficiência", diz José Márcio dos Santos, gerente Regional da IRF Norte.

Inserido no contexto, está o modelo de gestão colegiado aplicado pela diretoria, com a descentralização dos processos decisórios, levando as pessoas, dentro dos limites das suas responsabilidades, a participar da tomada de decisões. Com isso, segundo Fátima, se instalou um clima de confiança e transparência, contribuindo para a valorização do servidor e do trabalho realizado, garantido, inclusive, uma melhoria na qualidade das atividades desempenhadas. "Temos um sentido de unidade com o gerenciamento mais democrático. As divisões são necessidades administrativas, mas fazemos parte de um todo, como objetivos comuns", disse.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

Através da pesquisa e do desenvolvimento como uma vertente da gestão do conhecimento, foram traçados estudos e implementados projetos que embasam e aperfeiçoam as atividades. Assim, os gestores partiram do pressuposto **conhecimento + valores + experiência** como necessários para o crescimento e sustentabilidade da Sefaz, com o propósito de combater a sonegação, a concorrência desleal e alavancar a arrecadação.



estão do conhecimento e focos de atenção na Regional Norte

Com o Estudo dos Insucessos houve o resgate dos resultados. “Quando temos a humildade de reconhecer as falhas, alcançamos resultados melhores”, pontua Fátima Ledo. Foi necessário, então, rever rotinas de procedimentos de fiscalização para garantir mais consistência aos autos lavrados, sobretudo aqueles relacionados aos segmentos de Telecomunicações e Energia, que respondem por 40% da arrecadação da Norte.

Com o aperfeiçoamento dos procedimentos fiscais, outros estudos foram desenvolvidos para auxiliar os trabalhos, na busca pelo atingimento das metas, seja com a contextualização dos cenários econômicos ou corrigindo distorções no processo arrecadatário. Destaca-se o Estudo das Distorções Provocadas pela Substituição Tributária na RF Norte. “Através deste, conseguimos comprovar que boa parte da arrecadação estava sendo destacada para outras regionais por força da substituição tributária. O resultado foi o ajuste do mecanismo de Gerenciamento Matricial de Resultado”, explica José Márcio.

O comportamento do Varejo, segmento de muita importância, também foi objeto de análise. O Estudo de Adequência da Arrecadação da Norte com o Cenário Econômico Local compara o crescimento da atividade econômica do varejo com a arrecadação proveniente da prática do setor. O Estudo e Acompanhamento do Cenário Externo foi outro ponto considerado, disponibilizando todas as informações relacionadas ao universo tributário para os auditores.

Em paralelo, a diretoria vem desenvolvendo projetos, buscando eficiência nos serviços prestados e melhores condições de trabalho. Entre eles, destaca-se o atendimento ao contribuinte, que aprimorou a estrutura para a referida área, a partir da criação do supervisor de atendimento e também da instalação do gerenciador de fila inteligente, permitindo o acompanhamento, em tempo real, da movimentação na ARE Recife, a maior do

Estado em termos de atendimentos.

Ainda com ênfase no atendimento, a Norte conta com a ARE Remota, que surgiu da necessidade de suprir a deficiência de auditores nas agências do interior na análise de processos cadastrais e de ICD. Como estas atividades poderiam ser resolvidas remotamente, passou a ser exercida por uma unidade instalada na própria diretoria. “Isso trouxe não apenas melhoria da qualidade do atendimento, uma vez que garante celeridade ao processo, mas otimizou os recursos humanos, liberando auditores para realização de atividades mais proativas”, completou Fátima.

Mas para alcançar as metas e objetivos é preciso, ainda, unidade e disponibilidade daqueles que fazem a diretoria. Para isso, a regional utiliza dois projetos: os seminários e os Encontros de Atualizações Técnicas (EATs). Nos seminários, realizados anualmente, ocorre uma prestação e a contraprestação de resultados, além de ser uma oportunidade de integração entre as três áreas – agências, postos fiscais e estabelecimentos. “É um momento de troca de ideias, de experiências e de divulgação dos projetos. É uma pausa para reflexão coletiva, de quem somos, onde estamos e onde queremos chegar”, ressalta Fátima Ledo.

Já os EATs surgem da necessidade de manter a equipe atualizada, sem sacrificar o operacional. Ou seja, são encontros informais para corrigir deficiências específicas de capacitação, a partir de demandas dos auditores. “Bons resultados decorrem de trabalhos bem executados, e como isto requer sintonia com a dinâmica da economia, legislação e das tecnologias, passamos a realizar os EATs”, acrescentou José Márcio.

Por fim, a regional desenvolve, ainda, três projetos considerados exitosos: Célula de Apoio à Cobrança Execu-

“Prezamos pela promoção do autoconhecimento e da evolução pessoal”

tiva, Projeto +1 e o inovador Nostradamus. No primeiro, o objetivo é adquirir expertise em assuntos jurídicos críticos, com a finalidade de dar suporte à cobrança executiva de débitos fiscais. Já o Projeto +1, amplia o olhar sobre a linha do tempo da ação fiscal, isto é, que a ação não se encerra na lavratura do auto, mas na conversão em arrecadação. “Isso consiste em esten-

der a base de cobrança, contando com os recursos já existentes, sem limitar o trabalho a determinado grupo, associando à imagem do auditor a presença de um cobrador. Assim, fortalecemos o trabalho de corresponsabilidade”, ressalta Fátima Ledo.

O Nostradamus é o mais recente projeto, com os primeiros planos ainda sendo rodados, mas promete ser uma grande ferramenta no combate à sonegação fiscal. Ele surge com a experiência do estudo dos casos de insucesso e da necessidade de criar um modelo de gerenciamento que previsse e identificasse riscos associados ao comportamento dos contribuintes e segmentos econômicos, identificando focos de sonegação, ou seja, traçar um perfil do sonegador. “A ideia é antever os referidos riscos e se antecipar aos fatos, dando melhores diretrizes para escolha dos alvos a serem trabalhados”, explica Fátima Ledo. A expectativa é reduzir, com isso, os custos operacionais, ampliar a base de contribuintes e estimular o cumprimento voluntário das obrigações fiscais.

“A Sefaz é constantemente demandada a atingir resultados cada dia mais desafiadores. Buscamos, com esta gestão, sustentabilidade para atingir os desafios que se apresentam à área tributária, construindo uma Fazenda cada vez mais forte e eficaz, capaz de atender as demandas do desenvolvimento do Estado”, concluiu.





Ação combate venda irregular de combustível, gerando crédito tributário de R\$ 28 milhões

Uma fiscalização executada pela GEAF III Sul, da Diretoria Geral da Receita I - Região Fiscal Sul, identificou mais de R\$ 9 milhões de ICMS não recolhidos aos cofres públicos. A sonegação era praticada por um contribuinte do setor de Usinas, que estava sendo monitorado pelo gerente do segmento da DPC, Daniel Moura, responsável por propor a ação. Além do imposto, o estabelecimento deve pagar cerca R\$ 19 milhões de multa e juros, totalizando um crédito tributário de aproximadamente R\$ 28 milhões. O foco principal foi o combate à venda irregular do álcool hidratado e do álcool anidro, além da comercialização sem documentação fiscal de açúcar.

“Durante a diligência, o auditor responsável pela execução da ação fiscal, Aloísio Teti, constatou que o contribuinte não escriturou o livro Registro de Inventário e realizou o levantamento analítico dos estoques, a partir do livro de Controle de Produção e do Estoque, identificando a sonegação nos exercícios de 2010 e 2011”, explicou o gerente da ação, Marconi Costa. O estabelecimento, conforme o auto lavrado, deixou de recolher o ICMS substituído pela entrada, referente a aquisição de



mercadorias desacompanhadas de documentação fiscal, ou seja, entradas dos produtos sem registro nos livros fiscais de entradas, declarados no Sistema de Escrituração Fiscal - SEF.

O levantamento apurou que a quantidade das mercadorias efetivamente vendidas (álcool anidro e hidratado, açúcar cristal e açúcar VHP - tipo exportação) supe-

rou o volume registrado na entrada e na produção, informados no livro de Produção Diária fornecido pelo autuado. Essa diferença, com relação ao álcool anidro, foi de mais 14,5 milhões de litros, e de 401,6 mil litros quanto ao álcool hidratado; já no açúcar cristal, a divergência superou 1,7 mil toneladas e mais de 34,1 mil toneladas do açúcar tipo exportação. Isto resultou numa base de cálculo de R\$ 45,8 milhões.

“São atitudes como essa que demonstram a habilidade e o conhecimento do auditor que, nesse caso específico, não se conteve com a não apresentação pelo contribuinte do Livro de Inventário das Mercadorias, fato que inviabilizaria a detecção da irregularidade encontrada, e intimou o contribuinte a apresentar o Livro de Controle de Produção e do Estoque, possibilitando, no exercício de seu trabalho, a constatação da sonegação fiscal”, enfatizou o diretor José Carlos Auto. Ainda de acordo com José Carlos a ação fiscal foi escolhida como a mais exitosa do 1º semestre de 2012, por “demonstrar a perfeita integração entre o planejamento e a execução para o resultado final alcançado”, diz.



Parceria entre postos fiscais, AREs e gerências alcança bons resultados na Regional Caruaru

A integração entre as áreas tem sido fundamental para o bom desempenho dos trabalhos desenvolvidos na Diretoria Geral da Receita - Regional Caruaru. Com o compartilhamento de informações entre Postos Fiscais, Agências da Receita Estadual (ARE), gerências e ainda com a DPC, a sonegação fiscal na região, que abrange 94 municípios e conta com cinco postos fiscais e 14 ARE's, vem sendo combatida de forma cada vez mais eficaz.

Uma ação que representa e traduz a unidade da regional resultou na lavratura de um auto de infração no valor R\$ 979,5 mil. O trabalho foi realizado pela equipe do posto fiscal de Quipapá, em conjunto com a ARE Caruaru, desarticulando um esquema de sonegação fiscal nos segmentos de Atacado de Alimentos e Supermercados.

Segundo o diretor da II Região Fiscal, Francisco Duarte, ao passar pelo posto fiscal a carga de bebidas, apesar de acompanhada com a nota fiscal, despertou a desconfiança dos auditores. “Era um grande volume de merca-

doria e, por ser um contribuinte novo, a equipe acionou a ARE e solicitou que fosse feita uma diligência no endereço informado. Constataram, então, que se tratava de uma empresa filtro”, detalha. Francisco reforça, ainda, que a descoberta do esquema só foi possível devido a integração entre as áreas.

Ainda fruto desta metodologia de trabalho, a ARE Santa Cruz do Capibaribe lavrou dez autos de infração, resultando num crédito tributário de mais de R\$ 1 milhão, a partir da depuração cadastral nos segmentos de Supermercados e Tecidos. Já na ARE Gravata, uma operação agência/postos fiscais/DPC culminou na lavratura de quatro autos de infração, contra estabelecimentos dos segmentos de Material de Construção, Supermercados e Atacado de Alimentos, gerando mais de R\$ 500 mil de crédito tributário.

AÇÕES

Outras ações da Regional também merecem destaque. Com as Auditorias Contábeis e de Sistemas, realizadas em grupos de empresas que tiveram documentos e equipamentos apreendidos pela DFM, Delegacia de Crimes contra a Ordem Tributária (DECCOT) e Ministério Público de Pernambuco (MPPE), também foram alcançados resultados positivos.



Uma das auditorias teve como alvo cinco empresas, de um mesmo grupo, do segmento de Tecidos. Neste caso, a documentação foi apreendida pela DFM e DECOT durante a Operação Zona Franca. As irregularidades constituíram um crédito tributário de R\$ 6,7 milhões, já parcelados. Numa outra ação, foram auditadas quatro empresas, também de um mesmo grupo, do ramo de Atacado de Alimentos, gerando um crédito tributário de R\$ 14,3 milhões. Desta vez, a apreensão da documentação foi de responsabilidade do Ministério Público de Pernambuco, com a análise sendo realizada pelos auditores da Regional, no decorrer da Operação Sonho de Valsa. Por fim, no segmento de Indústria para componente automotivo, uma ação resultou na constituição de um crédito de R\$ 2,5 milhões, com pagamento à vista de R\$ 1,1 milhão.





Diretorias destacam ações mais relevantes do semestre

Diretoria	Ação	Gerente de Planejamento	Gerente de Execução	Auditor Responsável	Resumo da Ação	Crédito Constituído R\$	Valores Pagos ou Parcelados R\$
DPC	Atacado Fiscalização	João Bartholomeu	Ely Cabral de Lima	Carlos Fernando Braga de Oliveira	Falta de Recolhimento eo ICMS Normal - 005-1	6.020.080,81	3.311.563,48
	Empresas de telefonia	Guido Roberto	Edir Carneiro Leão	Maria eo Carmo F. eos Santos	Uso de crédito inexistente e saídas de mercadorias tributadas sem devida tributação	78.870.973,21	2.622.932,15
	Empresas de telefonia fiscalização	Rinaldo Freitas	Marconi Costa	Arnaldo Barboza Florencio	Utilização irregular de crédito fiscal presumido na apuração do imposto devido por contribuinte beneficiário do PRODEPE	40.066.902,48	1.090.123,87
	Varejo operação	Edson Lustosa	Fernando de Castilhos Cal-savara	Alexandre Jose Wanderley de Moraes	Constatação de mercadoria em estabelecimento sem Inscrição Estadual	1.530.000,00	816.000,00
IRFSUL	Verificação de lançamento omissões de saída	Jarise Cavalcanti	Edvaldo Pereira	Alexandre Emidio de Oliveira	Omissões de saídas, confronto das NFE's com arquivos SEF's. A gerência do segmento condicionou a manutenção do credenciamento à regularização do débito fiscal. O contribuinte efetuou o pagamento se beneficiando das reduções na abordagem de monitorização	3.867.661,06	2.112.006,93
	Varejo fornecedores da refinaria	Edson Lustosa	Mayerber Carvalho	Maria Cristina Silva de Miranda	Notas fiscais de saídas de refeições com débito de ICMS escrituradas como se fossem de operações com isenção ou não tributadas e em razão da utilização de créditos fiscais inexistentes, lançados em duplicidade e irregularmente	5.376.480,79	Sob defesa no TATE
	Empresas de telefonia fiscalização	Guido Cavalcanti	Marconi Costa	Aderismar Abrantes de Souza	Falta de recolhimento do ICMS por utilização irregular de créditos de aparelhos celulares adquiridos para cessão em comodato, com base no livro de registro CIAP	13.335.849,21	Sob defesa no TATE
	Prodepe - uso irregular da dedução para investimento	Franklin Azoubel	Edvaldo Pereira	Alvaro Pereira de Andrade	Utilização irregular do crédito presumido do Prodepe, Em razão do término do prazo previsto no decreto concessivo para utilização dos benefícios fiscais	7.415.731,66	Prazo de defesa
II RF	Operação Zona Franca	II RF	Daniel Aquino	Luiz Gonzaga de Melo	Ação realizada com base em documentação apreendida em conjunto com DECCOT/DFM. Houve a participação especial, com auditoria de sistemas, pelo AFTE aristóteles, que está se aposentando	6.718.605,75	4.240.486,67
	Operação Sonho de Valsa			Arnaldo Barboza Florencio e Marcos Carneiro de Arruda	Ação realizada com base na documentos apreendidos pelo MPPE. Houve a participação especial do AFTE aristóteles, que está se aposentando	14.321.088,43	
	Auditoria fiscal e contábil	Franklin Azoubel		Octacio Alves de Santanna Filho e Rosemar D Carla Holanda de Santanna	Ação na matriz e filiais com crédito tributário total no valor de R\$ 2,5 milhões. valores pagos á vista no valor de R\$ 1,142 milhões	2.448.995,95	1.142.058,10
	Auditoria fiscal e contábil	Jarise Cavalcanti		Jose Vagner Da Silva E Saulo Santos de Freitas	O contribuinte recolheu R\$ 703.000,00 mil à vista e R\$ 320 mil parcelado mediante confissão de débitos	3.799.901,31	
III RF	Ação Conjunta III RF/ DFM	Área tributária c/ apoio da DTO	Todos os gerentes de postos fiscais / coordenador técnico	Todos os auditores lotados nos postos fiscais.	Fiscalizar o cumprimento da legislação que obriga ao pagamento antecipado do ICMS frete no transporte de gesso, gipsyta e derivados	9.830.678,82	Todos os dae's pagos à vista.
	Supermercados fiscalização	Reinaldo Miranda	Wilson Rolim dos Santos	Luís Henrique de Andrade Pires	Omissões de entradas e saídas, creditamento irregular, não recolhimento de ICMS substituto pelas entradas	326.654,04	11.115,65.
	Glosa de crédito de energia elétrica			Clayton Costa Carvalho	Omissões de entradas e saídas, creditamento irregular, não recolhimento de ICMS substituto pelas entradas	3.294.952,97	Parcelado/sob defesa.
		Luís Henrique de Andrade Pires		Creditamento indevido do icms de energia elétrica e transferência irregular de crédito de ICMS oriundos de suas filiais	873.565,87	Aguardando regularização	
DFM	Operação Oriente	DFM	Fernando de Castilhos	Auditores DFM	74 contribuintes abordados, com a lavratura de 55 processos fiscais que resultou na constituição de crédito no montante total de R\$ 4 milhões de reais	3.955.545,29	1.894.173,65
	Operação Dia Das Mães	Edson Lustosa			Foram 500 contribuintes abordados nas cidades de Recife, Olinda e Jaboatão dos Guararapes, com a lavratura de 216 processos fiscais	566.987,64	142.472,34
	Operação Buscapé	Edson Lustosa			Abordados 102 contribuintes na região de caruaru com crédito de R\$ 500 mil reais. Foram lavrados 59 processos fiscais	499.278,29	144.136,31
	Operação Veículos/ Revenda	Paulo Bezerra			12 Revendedoras de veículos abordados com a constatação de irregularidades.	1.236.867,15	54.644,91
DRT	Lei Complementar 184/2011	José Oscar	Monica Farrant Correa de Araújo	Equipe telemarketing	Campanha de telemarketing ativo onde foram contactados 154 contribuintes	Foram informados os débitos no valor de R\$ 544,6 milhões de reais	
	Notificações de débitos				361 Contribuintes informados sobre débitos fiscais		O valor é de R\$ 27,5 milhões
	Inadimplência notificável				1024 Contribuintes informados sobre os débitos fiscais passíveis de notificação		R\$ 49 milhões em inadimplência notificável no período
	Autos julgados/ autos infração				Nas duas campanhas 840 contribuintes alcançados		O valor total informado é da ordem de R\$ 250 milhões



Medidas inovadoras, comprometimento e mudança na forma de atuação impulsionam ações para o 2º semestre

O ano em vigor requer superação, ousadia, novas abordagens de atuação, antecipação aos riscos e, principalmente, a identificação de novas possibilidades no trato da ação fiscal. Com os excelentes números alcançados no ano passado e uma crise econômica mundial que exige toda atenção, é grande o desafio à frente: superar ou, ao menos, manter os resultados alcançados no âmbito das ações fiscais planejadas e executadas. No que se refere ao crédito tributário constituído, a Secretaria da Fazenda registra crescimento de 12% em relação ao mesmo período do ano passado, contabilizando, até o momento, R\$ 706,7 milhões. Mas os desafios são grandes para este segundo semestre e, conseqüentemente, para o atingimento das metas estabelecidas.

“Temos, sistematicamente, trazido à memória do gru-

po que o nosso negócio é arrecadar, e, para que cumpramos com grau de excelência nossa missão institucional, temos buscado, dia após dia, a melhoria nas técnicas de abordagem dos contribuintes”, ressalta a coordenadora do CPCAF, Gralênia Menezes. Segundo ela, neste aspecto se constata o crescente empenho da Diretoria de Planejamento e Controle da Ação Fiscal (DPC) que vem sistematicamente melhorando a qualidade da ação proposta, tornando-a mais “robusta” e, do outro lado, a participação significativa dos geren-

“A situação nos impõe repensarmos os mecanismos de estímulo ao pagamento dos processos fiscais a fim de evitar que o contribuinte recorra à defesa administrativa”

tes de execução e auditores que materializam as ações de fiscalização.

Diante de um panorama econômico que exige alternativas a curto prazo para a manutenção dos níveis da arrecadação, algumas medidas estão sendo adotadas pela Sefaz. Uma delas parte da Gerência de Débitos Fiscais que estará agregando à ação todas as irregularidades do contribuinte. Trata-se de uma medida inovadora, já que, na prática, cada ação fiscal será também de cobrança, uma oportunidade única de contato direto e específico com o contribuinte para informar a eventual

inadimplência da empresa e realizar uma negociação ampla. “O resgate desse potencial em cada auditor é muito forte, não podemos mais abrir mão disso”, diz Gralênia.

Em tempos de crise, como se comprova em estudos econômicos, um dos primeiros movimentos do contribuinte é no sentido de reduzir seu desempenho em relação ao pagamento de impostos e contribuições. “Foi sintomática, nesse primeiro semestre, a redução dos processos pagos à vista”, destaca. Ao se analisar os números verifica-se que, mesmo diante do benefício da monitorização, que garante uma redução de 85% no valor da multa e de 50% no valor dos juros no pagamento à vista efetivado dentro dos 30 dias, - ainda considerando um quadro onde a quase totalidade das ações fiscais são alcançadas por esse instrumento e a intensificação do discurso de que cada auditor deve se empenhar em conduzir o contribuinte à solução do crédito -, registrou-se um crescimento negativo no período analisado. “A situação nos impõe repensarmos os mecanismos de estímulo ao pagamento dos processos fiscais a fim de evitar que o contribuinte recorra à defesa administrativa”, explica a coordenadora.

Para Gralênia, diante dos desafios resta a mensagem de que a secretaria investirá ainda mais no acompanhamento das ações fiscais a fim de garantir o sucesso das mesmas, num processo que só é possível com a participação efetiva do planejador e do executor. “Iremos, também, enfatizar a importância do crédito tributário pago, o cuidado com nossa carteira de débitos e a cobrança, de forma ampla, em todas as suas fases”, finaliza.

DESTAQUE

Em sintonia com a filosofia de incentivar a busca pelo pagamento dos autos lavrados dentro do prazo de 30 dias, destacamos o trabalho executado pelos auditores Raiffe Jorge Reinaldo de Sousa, Bruno Batista da Silva, Fábio Castelo Branco, Diana Baracho, - que sempre atuou em parceria com Eliane Car-

valho Menezes (ausente na foto por motivo de licença) e Maria do Carmo Franca dos Santos, responsáveis por 35% dos valores pagos à vista de 2008 até o momento. Neste período, foram arrecadados o montante de R\$ 302,8 milhões, dos quais R\$ 102,7 milhões foram recolhidos em ações executadas por eles.



O CPCAF Informa é uma publicação da Secretaria da Fazenda de Pernambuco / Secretaria Executiva da Receita Estadual.
Rua do Imperador Dom Pedro II, s/nº - Recife-PE
CEP 50010-240 Fone: 0800-2851244

Governador do Estado | Eduardo Campos
Vice-Governador do Estado | João Lyra Neto
Secretário da Fazenda | Paulo Câmara
Secretário Executivo da Receita Estadual | Oscar Victor
Secretário Executivo do Tesouro Estadual | Lincoln Santa Cruz

Secretário Executivo de Coordenação Institucional | José Francisco Cavalcanti Neto
Coordenadora do CPCAF | Gralênia Menezes
Textos e Edição | Diretoria de Comunicação da Sefaz
Diagramação | Clara Negreiros